



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E
PESQUISA**

**PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA – PIBIC**

**DOENÇA, MISTÉRIO E FORMAÇÃO NACIONAL
DOENÇA E FORMAÇÃO NACIONAL EM *A MENINA
MORTA*, DE CORNÉLIO PENNA**

Área do conhecimento: Linguística, Letras e Artes
Subárea do conhecimento: Letras
Especialidade do conhecimento: Literatura Brasileira

Relatório Final
Período da bolsa: de 08/2019 a 07/2020

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica

PIBIC/COPES

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josalba Fabiana dos Santos
Autora: Endriele de Jesus Santos

SUMÁRIO

Introdução	3
Objetivos.....	3
Metodologia	4
Resultados e discussões	4
Sobre a literatura corneliana	5
Colonização, exploração e o mito de uma formação nacional harmônica	6
Nação: concepções e elementos constitutivos.....	8
Família corneliana e formação nacional.....	10
A doença e seus possíveis significados em <i>A menina morta</i>	12
Personagens femininas: funções no Grotão e estado doentio.....	14
Conclusões.....	20
Perspectivas de futuros trabalhos.....	21
Referências bibliográficas.....	21
Outras atividades.....	23
Justificativa de alteração no plano de trabalho.....	25

1. Introdução

A menina morta (1954) é o quarto e último livro escrito pelo petropolitano Cornélio de Oliveira Penna (1896-1958). Esta obra – diferente de *Fronteira* (1935), *Dois Romances de Nico Horta* (1939) e *Repouso* (1948) que são ambientadas em uma cidade mineira chamada Itabira do Mato Dentro – se passa durante o século XIX em uma fazenda cafeeira (o Grotão) situada no Vale do Rio Paraíba, na divisa entre o Rio de Janeiro e a província de Minas Gerais, que funciona por meio do trabalho escravo.

O Comendador é o patriarca da família Albernaz, D. Mariana é a sua esposa e aparece pouco durante a narrativa, mas curiosamente é a ausência da mulher que a torna uma peça fundamental para o desenrolar da história. Os três filhos mais velhos do casal (Carlota, Pedro e um rapaz mais jovem que não tem o nome citado) vivem na Corte. A filha mais nova que já “aparece” morta – a causa foi uma doença, mas não se sabe qual – desde o início do romance vivia no Grotão com os pais, alguns agregados parentes do Senhor (Manoel Procópio, D. Virgínia, Sinhá Rola e sua irmã D. Inácia) e da Senhora (Celestina). Na fazenda também residiam funcionários (como a governanta alemã Luiza), e claro, escravos – além de negros libertos que ainda viviam como cativos. O romance, assim como nos livros anteriores de Penna, é envolto pela expectativa angustiante de que algum mal (doenças, mortes ou até mesmo seres sobrenaturais) surja.

A partir do interior das personagens com seus conflitos, medos, anseios e das dificuldades externas por elas enfrentadas – ou provocadas – é possível fazer um paralelo com a situação do Brasil, um país em formação e permeado por problemas advindos de uma estrutura que encontra na violência – contra índios, negros, mulheres, dentre outros – seu principal instrumento de domínio. As doenças, doentes, casos de mal-estar e estados doentios intensificam o clima de incerteza, desequilíbrio e morte (anunciados desde o título da obra) presente na narrativa e se constituem em metáforas para a falta de coesão do processo de constituição nacional.

2. Objetivos

- Conhecer e contribuir para maior divulgação da obra de Cornélio Penna;

- Levantar e categorizar todas as doenças, doentes e estados doentios em *A menina morta*;
- Analisar as doenças como metáforas e sua relação com a formação nacional.

3. Metodologia

A metodologia se desdobrou em diferentes fases. Na primeira fase, trechos pertinentes do romance, especialmente os que se referiam diretamente ou metaforicamente a doença e a formação nacional, foram registrados em fichamento. Em seguida, na segunda parte, foram feitos levantamento, leitura e fichamento de textos críticos acerca do livro contemplado por esse plano de trabalho ou que o abrange.

Na última fase, obras teóricas ou históricas – acerca de enfermidades, colonização do Brasil, escravidão, dentre outros – foram selecionadas, lidas e fichadas. Além disso, dois relatórios (parcial e final) e um artigo foram produzidos.

4. Resultados e discussões

Cornélio de Oliveira Penna nasceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 1896, mas viveu seus primeiros anos em Itabira do Mato Dentro, uma cidade do interior de Minas Gerais. Antes de dedicar-se, a partir de 1930, à literatura, o petropolitano formado em Direito trabalhou como redator e ilustrador em alguns jornais cariocas, foi funcionário público e também atuou como pintor. O escritor faleceu em 1958, aos 62 anos de idade, e seu acervo foi doado por sua esposa, Maria Odília, ao Arquivo-Museu de Literatura Brasileira da Fundação Casa de Rui Barbosa.

Toda a produção romanesca de Penna, especialmente *A menina morta* – seu livro mais conhecido e alvo dessa pesquisa –, possui a capacidade de pensar e discutir o Brasil desde o início de sua colonização até épocas recentes. Nos romances cornelianos é evidente “uma tentativa de desmitificação de uma identidade nacional coesa e harmônica” (SANTOS, 2005, p. 87). Para compreender a dimensão da obra do autor fluminense é preciso, conforme Santos (2005, p. 83), considerar a nação como invenção¹, como “um projeto de escrita literária na busca de revelações e de conhecimento” (SANTOS, 2005, p. 79).

A história de formação do Brasil é geralmente contada ou imaginada sob uma perspectiva pacífica. Somos, desde cedo, ensinados que o brasileiro surgiu da “mistura

¹ Termo geralmente utilizado por Renan (1882) e Hobsbawm (1990).

de três raças valorosas: os corajosos índios, os estóicos negros e os bravos e sentimentais lusitanos” (CHAUI, 2000, p. 3). Assim, a nossa sociedade, por ser mestiça, estaria livre de qualquer tipo de preconceito. A partir da obra *A menina morta*, afirmações como essas – tidas durante muito tempo como verdadeiras – podem ser colocadas em questão, nos levando a perceber as desarmonias no processo de constituição nacional – ou até mesmo as dificuldades em definir o próprio sentido de nação.

4.1. Sobre a literatura corneliana

O Modernismo é um movimento artístico-literário, conforme Candido (2014, p. 132), conhecido, dentre outras coisas, pela libertação dos moldes acadêmicos (clássicos), do formalismo e pela inquietação socioideológica. Nos anos 1930, a literatura moderna no Brasil tinha como principais características o regionalismo e o engajamento social – diversos aspectos e costumes da sociedade brasileira eram alvos da discussão e crítica dos romancistas. Os autores que se afastaram deste tipo de escrita, optando por um estilo mais introspectivo e dramático, não tiveram muito destaque durante a referida década, pois suas produções – aparentemente – não seriam capazes de tratar dos problemas do país. Assim, surge a divisão entre escritores do “romance de 30 ‘de verdade’ e do outro ficaria o romance dito ‘psicológico’” (BUENO, 2007, p. 142).

Cornélio Penna foi, por muito tempo, considerado simplesmente um literato intimista dos anos 1930 despreocupado “com questões histórico-sociais, apesar de ter sido esse um período de intensas mudanças sociopolíticas no Brasil e no mundo” (RAMOS, 2013, p. 14). O caráter subjetivo, atmosfera de mistério, a menção a fantasmas, mortes e doenças parecem figurar – para muitos leitores – nos livros cornelianos como elementos que servem somente para assustar – como ocorre no chamado romance gótico. No entanto, estes traços não existem apenas para causar terror: eles são trabalhados em conjunto para expor “os mecanismos de construção da história do país” (SANTOS, 2005, p. 136).

Outro fator que contribuiu para a pouca visibilidade de suas obras foi a questão religiosa. Penna começou a escrever em uma época de “polarização literária e política entre direita e esquerda” (RAMOS, 2013, p. 17) na sociedade brasileira, sendo, por essa razão, classificado apenas como mais um escritor católico de inclinações

conservadoras.² No entanto, o autor mostra em seus livros – principalmente em *A menina morta* –, questionamentos e problematizações acerca de aspectos importantes para o catolicismo. Um exemplo disso é a forma como o patriarcalismo, um sistema defendido por boa parte dos cristãos, é abordado. Embora, em uma perspectiva bíblica³, como líder do lar, o homem deva servir, cuidar, amar, proteger sua esposa e filhos com sua própria vida se necessário (A BÍBLIA, 1999), os personagens cornelianos masculinos – geralmente brancos – agem de forma autoritária, causando dor e sofrimento aos membros de sua família, principalmente, às mulheres. Assim, Cornélio Penna opta por destacar as fissuras de uma estrutura que, além de ser aceita e apoiada pela Igreja, rege inúmeros povos há muitos séculos.

Ademais, uma abordagem mais subjetiva (interna) das personagens, dos fatos de seu cotidiano e da realidade do mundo não tornam uma obra incapaz de ser um instrumento eficaz de crítica. Penna parte do interior (psicológico), da fragmentação, complexidade e pluralidade que constituem o ser humano, para tratar de questões importantes como as consequências do patriarcalismo em âmbitos menores como a família e em dimensões maiores como a formação de uma nação.

4.2. Colonização, exploração e o mito de uma formação nacional harmônica

As expedições ultramarinas, ocorridas a partir do século XV, proporcionaram que diversas partes do planeta fossem conhecidas por navegadores de diferentes nacionalidades. Muitos países têm sua existência fortemente ligada ao período das Grandes Navegações: as porções de terras – muitas com dimensões continentais – “descobertas” pelos navegantes eram, não raramente, exploradas e transformadas em colônias que, ao passar do tempo e muitas vezes à custa de sangue, eram declaradas independentes e reconhecidas como um Estado-nação.

O rei português Manuel I, sob a “a desculpa de que havia uma suposta população católica na Índia, que se deveria integrar à cristandade ocidental a fim de lutar contra o Islã” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 10), ordenou, no ano de 1500, uma expedição marítima ao país. A verdadeira intenção do monarca era controlar o mercado

² De acordo com Ramos (2013, p. 14), “a divisão entre direita e esquerda era tão marcada que, inevitavelmente, foi assimilada pela maior parte das histórias da literatura, que classificaram as obras do período de acordo com a temática que nelas era mais evidente, ou seja, o intimismo (identificado com a direita) ou o regionalismo (identificado com a esquerda).”

³ Alguns textos bíblicos que falam sobre o assunto: Carta do apóstolo Paulo aos Efésios, capítulo 5, versículos 25-27; Carta do apóstolo Paulo aos Colossenses, capítulo 3, versículo 19; Primeira carta do apóstolo Pedro, capítulo 3, versículo 7.

de joias e especiarias indiano, além de “apresentar Portugal ao mundo como a nova potência da cristandade ocidental” (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010, p. 11). Assim, conforme Del Priore e Venâncio (2010, p. 11), em 09 de abril de 1500, a frota comandada por Pedro Álvares Cabral partia para as Índias Ocidentais, no entanto um acontecimento – uma das naus se perdeu – os desviou da rota original⁴, levando-os a chegar, em 22 de abril daquele mesmo ano, até o local que foi chamado de Ilha de Vera Cruz e, posteriormente, de Brasil.

A chegada dos primeiros portugueses abria caminho para a intensa exploração dos recursos naturais da terra e de seus habitantes. Inúmeros indígenas, de diversas tribos, viviam no território brasileiro muito antes do “descobrimento”, sendo tratados com intensa violência pelo colonizador branco que os via como seres “não civilizados”, sem “fé, nem lei, nem rei” (GÂNDAMO, 2008, p. 134). Chaui (2000, p. 3) atenta para a maneira como somos condicionados a pensar acerca da colonização e constituição do Brasil:

Aprendemos também que nossa história foi escrita sem derramamento de sangue, com exceção de nosso Mártir da Independência, Tiradentes; que a grandeza do território foi um feito da bravura heroica do Bandeirante, da nobreza de caráter moral do Pacificador, Caxias, e da agudeza fina do Barão do Rio Branco; e que, forçados pelos inimigos a entrar em guerras, jamais passamos por derrotas militares. (CHAUÍ, 2000, p. 3)

O mito que envolve a formação de nossa tão alegre, receptiva e calorosa nação brasileira encobre uma realidade cruel e que não pode ser ignorada: a escravidão e morticínio – simbólico⁵ e/ou literal – de indígenas no início da colonização, e posteriormente, de negros, além de outros conflitos e problemas sociais que surgiam à medida que a colônia crescia. Assim, afirmações como “a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça” (FREYRE, 2003, p. 160), parecem desconsiderar toda a violência sofrida pelos nativos e negros escravizados, aspectos que apontam para uma desarmonia na constituição nacional desde o seu início (SANTOS, 2004, p. 27).

⁴ Del Priore e Venâncio (2010, p. 11-12) salientam que esse desvio foi intencional, pois “desde as viagens de Diogo de Teive ao Norte da África, em cerca de 1452, sabia-se da existência de terras a noroeste dos Açores e da Madeira. [...] A região, aparentemente desconhecida pelos portugueses, era, tudo indica, conhecida de marinheiros franceses, como o negociante e marinheiro Jean Cousin, provável visitante da embocadura do Amazonas em 1488, assim como dos espanhóis, Diogo de Lepe e Alonso de Hojeda, que teriam passado por trechos da costa norte brasileira antes de 1500.”

⁵ Um povo pode ser “morto” ao ser forçado a abandonar seus costumes, quando as vozes que o compõem são silenciadas, sendo coagido violentamente a abraçar a estrutura de vida que o conquistador lhe impõe.

4.3. Nação: concepções e elementos constitutivos

“As formas da sociedade humana são das mais variadas”, afirmou o filósofo francês Ernest Renan durante uma conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1882. Tribo, povo, pátria, nação constituem algumas dessas formas. Em cada parte do planeta, nas mais diversas épocas, as pessoas assumem – ou são condicionadas a assumir – modos e conceitos de organização (ou agrupamento) social que impactarão, positivamente e/ou negativamente, suas existências. Neste tópico, iremos analisar brevemente algumas questões que envolvem a estrutura denominada nação e suas definições.

Para Hobsbawm (1990, p. 19), a nação como entendemos atualmente – “Estado-nação, definida pela independência ou soberania política e pela unidade territorial e legal” (CHAUI, 2000, p. 11) – é historicamente recente (surgiu por volta de 1830) e faz parte de um período específico. No início da Idade Média, por exemplo, o termo era vinculado, conforme Chaui (2000, p.12), a um sentido biológico – indivíduos nascidos de uma mesma mãe ou num mesmo lugar –, sendo usado pela Igreja Romana para designar os pagãos e distingui-los do “povo de Deus”. Deste modo, enquanto “‘povo’ se referia a um grupo de indivíduos organizados institucionalmente, que obedecia a normas, regras e leis comuns, a palavra ‘nação’ significava apenas um grupo de descendência comum” (CHAUI, 2000, p. 12) – “nações indígenas” era a forma como o colonizador português chamava os índios, grupos que, de acordo com o invasor, “não possuíam um estatuto civil e político” (CHAUI, 2000, p. 12).

Os fatores étnicos (raciais), linguísticos e religiosos eram considerados, em certas épocas, essenciais para a constituição da nação – o que a definiria e faria existir seria a unidade que os indivíduos compartilhariam em cada um dos fatores citados. No entanto, Bonavides (2000, p. 97- 98) atenta para os riscos de esses elementos serem tratados isoladamente na formação do conceito de nação. A questão racial colocada nesses termos, por exemplo, pode levar a teorias como a defendida por Hitler, que buscava resumir “nação e nacionalidade em bases étnicas, na raça alemã, tomada precisamente por valor superior às demais raças, numa linha de pureza racial” (BONAVIDES, 2000, p. 97). Os resultados desastrosos – como a morte de milhões de judeus – desse posicionamento são notórios para todo o mundo. Ademais, “todos os povos terão conhecido misturas” (BONAVIDES, 2000, p. 98)

em períodos recentes ou recuados, sendo impossível usar a pureza ou homogeneidade racial como um traço determinante para a configuração de uma nação – fazer isso seria como “montá-la sobre uma quimera” (RENAN, 1882, p. 11).

A língua e a religião, embora sejam âmbitos importantes na vida de um povo, também não dão conta de definir, sozinhas, a ideia de nação. Sobre a primeira, cabe questionarmos se não seria possível termos “os mesmos sentimentos e os mesmos pensamentos, amar as mesmas coisas em línguas diferentes” (RENAN, 1882, p. 14). Bonavides (2000, p. 99) pontua que a história está cheia de comunidades nacionais e/ou Estados onde são falados diversos idiomas (Canadá, Escócia, Guiana são exemplos disso). Deste modo, limitar o sentido de nação – ou de ser nação – a um idioma significa enclausurar seus membros, privá-los do ar que podem respirar “no vasto campo da humanidade” (RENAN, 1882, p. 15). Já a questão religiosa, que, na origem, “mantinha a própria existência do grupo social” (RENAN, 1882, p. 15), nos nossos dias não mostra uniformidade: cada pessoa tem sua maneira de crer e de expressar sua fé – o contrário também é válido, os seres humanos possuem formas diferentes de não crer em algo⁶. Assim, “pode-se ser francês, inglês, alemão, sendo católico, protestante, israelita, aí não praticando nenhum culto” (RENAN, 1882, p. 16).

Renan (1882, p. 18) afirma que nem mesmo a geografia, importante, dentre outras coisas, na divisão territorial e fator essencial da história, é capaz de formar uma nação, pois esta não pode ser determinada simplesmente pela configuração do solo. Uma nação, como os indivíduos que a constituem, é o resultado de “um longo processo de esforços, de sacrifícios e de devotamentos” (RENAN, 1882, p. 18), ela pode ser resumida, no presente, pelo desejo claramente expresso – daqueles que a compõem – “de continuar a vida comum” (RENAN, 1882, p. 19).

Nos anos finais do século XVIII e início do século XIX, durante as “revoltas de independência, ocorridas no Brasil” (CHAUI, 2000, p. 13), o termo nação ainda era utilizado apenas para índios, negros e judeus. Os revoltosos, influenciados pelos ideais revolucionários de países como a França, costumavam usar a palavra “pátria” para designar “o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado

⁶ O ser humano pode decidir não acreditar em nenhum tipo de divindade ou “ser superior”, bem como, é possível que, mesmo inserido em determinada religião (ou credo), opte por não aceitar certos princípios defendidos por ela.

independente” (CHAUI, 2000, p. 13). O patriotismo, ao ser visto como uma espécie de “religião cívica” (CHAUI, 2000, p. 16), é transformado em nacionalismo, se tornando algo estatal e contribuindo para a construção de uma “comunidade imaginária cuja tradição começava a ser inventada” (CHAUI, 2000, p. 16).

O processo histórico de invenção da nação auxilia, conforme Chaui (2000, p. 19), a compreender a passagem da ideia de “caráter nacional” para a de “identidade nacional”. O primeiro fenômeno abrange justamente os aspectos citados anteriormente (língua, religião, raça, expansão territorial) e outros mais (usos e costumes, folclore, belas-artes), sendo entendido como algo pleno, completo, sem lacunas, “uma disposição natural e sua expressão cultural” (CHAUI, 2000, p. 19). O segundo defende que a identidade de uma nação não pode ser construída sem a diferença, ocorra esta no plano individual (a personalidade de alguém) ou no plano social (na divisão do trabalho, na inserção social de classe). Assim, a identidade é formada, conforme Chaui (2000, p. 20) a partir da relação de tensão e/ou harmonia entre os planos – o plano social pode apresentar essa tensão dentro dele próprio. Nesta perspectiva, a nação não pode ser concebida como uma estrutura coesa.

A nação brasileira, conforme a ideologia do caráter nacional, é formada pela mistura entre índios, negros, brancos e “a sociedade mestiça desconhece o preconceito racial” (CHAUI, 2000, p. 21). Freyre (2003, p. 160), como citado anteriormente, defende que as relações de raça aqui no Brasil foram desenvolvidas de forma mais harmoniosa do que em qualquer outro país da América, com um ambiente propício à reciprocidade entre as culturas. Além disso, apesar de sua condição de cativo, o negro era visto “pelo olhar do paternalismo branco” (CHAUI, 2000, p. 21), que assumia a existência de uma afeição natural entre senhor e escravo. Na ideologia da identidade nacional, essa afeição compartilhada pelas raças, quase como se convivessem de forma igualitária, não existe. O negro é apresentado como classe social – a dos escravos – sob a perspectiva da escravidão como instituição violenta que o coisifica e aliena sua consciência, sendo possível escapar “fugazmente da alienação nos momentos de grande revolta” (CHAUI, 2000, p. 21).

4.4. Família corneliana e formação nacional

A família é uma das instituições mais antigas que existe, tida por muitos estudiosos como a base de toda sociedade ou como “formulação exterior” desta,

constituindo, de acordo com Chauí (2000, p. 15), o ponto inicial de um processo de evolução que culminaria no desenvolvimento da nação. O sistema patriarcal – presente desde o início da colonização – continuaria sendo o que regularia o funcionamento do âmbito familiar e, semelhantemente, da formação nacional.

A família em *A menina morta*, assim como nos outros romances cornelianos, é, conforme Santos (2004, p. 27), ao mesmo tempo metáfora e metonímia de uma nação que não é coesa nem harmônica – como alguns defendem –, mas é morta, aniquilada desde sua origem (assim como a personagem que morre ainda na infância). No último romance, a metáfora aparece no momento em que as relações familiares fechadas, cheias de hierarquia, separando os habitantes do Grotão entre ricos e pobres, relegando-os à exclusão e à miséria, representam o que ocorria em todo o país. A metonímia reside no fato da família compor “essa nação assim mesmo desagregada e esfacelada, ela é parte desse todo meio desintegrado” (SANTOS, 2004, p. 27). Embora tudo (supostamente) estivesse bem na fazenda, “havia um princípio de desagregação, de ruína e desmoronamento que todos suspeitavam” (PENNA, 1954, p. 77).

Os Albernaz, agregados e demais moradores da fazenda sentiam, com receio, que algo estava para mudar. D. Virgínia e Celestina, ao levarem o caixão com o corpo da criança para ser sepultado, tiveram a sensação que daquele pequeno esquife emanava “um aviso, uma advertência, de que tudo cessara, tudo mudara, com o fechar de olhos da criança, a queda para trás de sua cabeça no leito, como início do horrendo pesadelo que viviam” (PENNA, 1954, p. 43-44). Ao considerarmos que a história deste romance é ambientada no século XIX, podemos associar toda essa tensão das personagens diante do que o futuro reserva aos vários acontecimentos e transformações pelos quais o Brasil passava – ou estava prestes a passar – na época, tais como: declaração da independência, criação da primeira constituição brasileira, abolição da escravatura, mudança na forma de governo, a Guerra do Paraguai – mencionada no romance –, dentre outros. O próprio Comendador, durante uma conversa com Sr. Aguiar (veterinário), já havia mostrado sua preocupação em relação à conjuntura do país que, de acordo com o fazendeiro, não passa de “um colosso formado de pequenos pedaços mal ligados que deixam inúmeras fendas entre eles” (PENNA, 1954, p. 140). Para o patriarca, essas ligações malfeitas e fissuras seriam as responsáveis pela instabilidade – principalmente econômica – na qual a sociedade brasileira estava imersa, ou ainda constituíam fatores que dificultavam a resolução de problemas (PENNA, 1954, p. 140).

A morte da menina constituiria o prenúncio ou a porta de entrada para a destruição do Grotão, que será de fato estabelecida com a chegada de Carlota da Corte. A moça retorna para casa com o objetivo de suprir a falta de sua irmã e também de sua mãe, que viaja repentinamente da fazenda e não há quem saiba ao certo o motivo. Aparentemente, a filha mais velha sucumbiria aos desejos do patriarca, no entanto, ela recusa o casamento arranjado pelo pai, não cumpre com muitos costumes da casa relegados às mulheres, especialmente à Senhora, como conduzir e comparecer aos almoços e jantares, indo contra o patriarcalismo e representando “mais outro fator de desagregação” (AZEVEDO, 2012, p. 44). Além disso, depois da morte do Comendador por conta da febre amarela e tendo se tornado a dona do Grotão, a moça rompe com o sistema escravocrata libertando os escravos. Assim, a família Albernaz (e toda a fazenda) que transparecia harmonia, vitalidade e coesão é desfeita e o sistema que a sustentava é aniquilado.

4.5. A doença e seus possíveis significados em *A menina morta*

A introdução do europeu no território, até então, ocupado somente por indígenas provocou impactos ecológicos – ocasionados pela “disputa do território, de suas matas e riquezas para outros usos” (RIBEIRO, 1995, p. 30) –, econômicos e sociais que surgiram com a “escravização do índio, pela mercantilização das relações de produção” (RIBEIRO, 1995, p. 30). As moléstias que os brancos carregavam consigo foram ainda outro grave problema para os nativos que poderiam morrer ao serem contaminados – os organismos indígenas não tinham anticorpos contra essas “novas pestes”. Desse modo, podemos ver como os conflitos que envolvem nosso processo de formação são desencadeados em todos os níveis, inclusive e de forma intensa, no biótico.

Nos primeiros 30 anos de colonização, conforme Freyre (2003, p. 65), a sociedade brasileira foi organizada economicamente e civilmente. Uma sociedade “agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição” (FREYRE, 2003, p.65). A chegada de estrangeiros na colônia atraídos, dentre outras coisas, pelas oportunidades de crescimento que julgavam encontrar no “Novo Mundo” era constante durante o século XVI, sendo condição para sua entrada somente que “fossem de fé ou religião católica” (FREYRE, 2003, p. 91). A falta de um controle mais rigoroso nesse processo contribuiu fortemente para que doenças como a sífilis e a lepra – “trazidas por europeus e negros

de várias procedências” (FREYRE, 2003, p. 65) – adentrassem livremente na terra recém-colonizada.

Em todas as obras de Cornélio Penna podem ser encontrados personagens doentes ou que vivem em um estado doentio. Segundo Laplantine (2010, p. 28), escritores utilizam as enfermidades em suas obras literárias como uma forma de pôr em evidência significados que são proibidos em determinada cultura, a moléstia seria usada como um meio para expor, refletir e criticar situações, costumes e/ou acontecimentos de uma determinada época, sociedade, grupo. *A menina morta* possui personagens acometidos pela loucura, tuberculose, episódios de desmaio, além de passagens em que a menção à doença é feita como metáfora para o sofrimento, incertezas e o próprio mal (a ruína) que sondava o Grotão, como acontece em: “E assim começara o seu cativeiro recebido com resignada amargura, renovado todos os dias por pequeninas coisas que feriam com suas minúsculas arestas aqueles corações cobertos de chagas incuráveis” (PENNA, 1954, p. 70). Este trecho retrata a situação de D. Inacinha e Sinhá Rola, agregadas primas do Comendador, que haviam sido levadas pelo parente para viverem no Grotão depois de terem perdido tudo que possuíam por conta dos gastos desmedidos do pai em salões de jogos na Corte. Toda a dor que essas mulheres carregavam – por conta do passado e de sua situação atual de dependentes – é descrita em termos de “chagas incuráveis” em seus corações. Embora ouvissem de seu protetor que eram como suas irmãs (PENNA, 1954, p. 69), vale destacar que o lugar ocupado por elas dentro da família era bastante demarcado e envolto em um respeito pelo patriarca que se misturava ao medo. Isso ocorre porque, de acordo com Santos (2005, p. 83), os agregados fazem parte do grupo daqueles que compõem o núcleo familiar, mas são silenciados e presos em seu interior – isso é intensificado quando a pessoa nessa condição é uma mulher.

Segundo Sontag (2007, p. 110-111), durante parte do século XIX muitas doenças e a possibilidade de adoecer eram associadas a uma atmosfera infecta, a um ambiente contaminado, objetivamente patogênico. A fazenda, em alguns momentos, é comparada a um corpo em agonia (PENNA, 1954, p. 81), portadora de “algum mal estranho [que] corroía suas entranhas” (PENNA, 1954, p. 225). O “mal estranho” não estava somente nos moradores do Grotão, mas parecia se espalhar pelo território em si – ou através dele –, como se a própria terra pudesse ser uma ameaça à vida de seus habitantes. A mata, algo que já existia muito antes da chegada dos Albernaz (e do

colonizador europeu), era vista, por exemplo, como uma “invasora, sempre pronta a tudo devorar, a zombar dos esforços do homem” (PENNA, 1954, p. 131).

4.6. Personagens femininas: funções no Grotão e estado doentio

Celestina

Nos romances cornelianos é possível encontrar, conforme Bueno (2006, p. 549), dois tipos de mulher: aquela que não possui existência própria, vivendo sob o jugo de uma estrutura que não lhe permite viver de fato; e a que adere ao sistema de dominação, exercendo-o sobre outras mulheres. No entanto, vale destacar que, de uma forma ou de outra, as personagens sofrem, em alguma medida, com a violência – direta, como os castigos e abusos da escravidão, ou mais “velada”, como o silenciamento diante da opressão, confundido muitas vezes com respeito e obediência aos bons costumes.

Celestina, uma das agregadas da família Albernaz, passou a morar no Grotão “depois da morte de seus pais, criadores de gado perdidos com a chegada do café em sua região” (PENNA, 1954, p. 16). A condição de prima da Senhora não garante à moça respeito ou reconhecimento, pelo contrário, isso contribui para que a jovem seja vista como alguém tímida, medrosa sem “autoridade nem valor suficiente” (PENNA, 1954, p. 16). No Grotão, os parentes do Comendador são considerados mais importantes e possuem algum grau de influência sobre o andamento das atividades na casa-grande e na vida de outros moradores. Este é o caso de D. Virgínia, prima em primeiro grau do fazendeiro, viúva, sem filhos e representante, no romance, da mulher que prefere dar continuidade à ordem patriarcal na qual está inserida e da qual acredita “extrair benefícios” (SANTOS, 2007, p. 148).

A sensação de deslocamento é outra característica muito presente em Celestina. Ela não consegue se sentir parte daquele lugar, não se vê – nem é vista – como igual em relação às demais agregadas e até mesmo da prima (D. Mariana) tem dificuldade de se aproximar – quando tenta, a moça é ameaçada pelo Comendador. Além do mal-estar advindo de tudo que já foi citado, a personagem acaba contraindo tuberculose. Durante o século XIX, essa doença era vista como “um traiçoeiro e implacável ladrão de vidas” (SONTAG, 2007, p. 12), imaginada como “uma enfermidade da pobreza e da privação” (SONTAG, 2007, p. 20). Além disso, de acordo com Sontag (2007, p. 25), a moléstia acometeria, mais comumente, um indivíduo que teve suas esperanças em algo – poderia ser em um relacionamento amoroso ou mesmo em questões políticas e morais –

frustradas. A sensibilidade diante das angústias sofridas tornaria o organismo suscetível ao estado doentio – podemos associar isso ao caso de Celestina.

A partir do século XIX, as crises tuberculosas tornaram-se “um novo motivo para o exílio” (SONTAG, 2007, p. 34). Viajar para lugares considerados especiais, saudáveis e portadores de “bons ares” era essencial para a recuperação do enfermo. Em *A menina morta*, o exílio da personagem não ocorreu de forma literal – a agregada não saiu da fazenda como parte de seu tratamento –, mas em sua mente: a doença “a roubava por algumas horas, quem sabe por alguns dias, a todas as suas prisões e a tudo que lhe pesava sobre os ombros” (PENNA, 1954, p. 309). A própria moléstia proporcionou um certo tipo de alívio para Celestina. A agregada só teve uma sensação semelhante ao ouvir às histórias de Dadade, uma idosa africana e antiga ama do Comendador, sobre a vida na fazenda Oliveira – propriedade dos ancestrais da família Albernaz. Em meio aos momentos de suposta confusão mental, a negra contava como o local “era a Canaã de frutos opimos e sua mesa onde se sentavam dezenas de pessoas vergava ao peso dos produtos da terra trabalhada com alegria” (PENNA, 1954, p. 112). Na recordação da anciã, a violência não existia, “tudo era abençoado” (PENNA, 1954, p. 112) na antiga sesmaria, remetendo, dentre outras coisas, à “Terra Prometida” dos hebreus. Diante da beleza ilusória retratada pela mulher, Celestina afastava-se por um momento de seu presente doloroso e “sentia ser possível a felicidade no mundo” (PENNA, 1954, p. 112).

Ademais, a moça consegue se recuperar e acaba iniciando um relacionamento com o médico (Pedro Frota) que lhe assistiu. Desde o primeiro contato com sua paciente “o moço médico sentiu estranha sensação de companhia, de alguém chegado enfim ao porto, onde o aguardam a paz e a defesa” (PENNA, 1954, p. 308). O casamento ocorre algum tempo depois e a jovem vai embora da fazenda. Ironicamente foi por meio de uma doença mortal que a vida (ou a oportunidade de ser feliz) chegou para a personagem.

D. Mariana

A figura de D. Mariana faz suscitar muitas suposições em relação ao seu comportamento e seu “sumiço”. Quando ainda estava na casa-grande, a atitude da Senhora de “não sair do quarto [ficando] quase sempre no escuro” (PENNA, 1954, p. 101), não recebendo visitas nem conduzindo às atividades que lhe cabiam era encarada pelos moradores do Grotão – especialmente por D. Virgínia que a considerava uma rival

na educação e deveres relacionados à menina morta (PENNA, 1954, p. 74) – como a razão para o seu estado doentio, além de serem vistas como inadequadas para alguém na posição de esposa do Comendador. A saída repentina da Sinhá da fazenda é envolta em mistério, por mais que os outros personagens suspeitem ou de fato saibam o real motivo, ninguém ousa dizê-lo – e quando tentam fazê-lo são silenciados pelos limites (respeito, sujeição, medo) que a hierarquia impõe: tudo deve ser feito de modo a agradar ao Senhor e ao que ele representa.

Santos (2004, p. 20-21) atenta para a possibilidade de a saída de D. Mariana da fazenda estar diretamente relacionada a Florêncio – um escravo que supostamente cometeu suicídio depois de tentar matar o Comendador. Há uma suspeita de que a Sinhá teria um caso com o negro, ponto levado em consideração pelas atitudes dela de não permitir o casamento do rapaz com outra mulher – uma negra livre, mas ainda vivendo como cativa sob o domínio da esposa do fazendeiro – e de pedir ao padre que encomendasse o corpo do falecido, contrariando o marido e chocando os moradores da casa (PENNA, 1954, p. 182). Esta última petição evidencia o fato de Florêncio não ter tirado a própria vida – muito possivelmente ele foi assassinado pelo dono do Grotão ou a mando deste –, pois um suicida, conforme as normas vigentes da Igreja na época, não poderia receber certas honras fúnebres (missa de sétimo dia, de aniversário, dentre outras) nem orações por sua alma⁷. Além disso, alguns personagens colocavam sempre em dúvida o real estado de saúde da Senhora, afirmando que ninguém estaria doente na casa, mas era alguma outra coisa que sondava os Albernaz (PENNA, 1954, p. 103). Desse modo, podemos concluir que seu afastamento para uma fazenda vizinha pertencente ao esposo não foi voluntário, mas uma ordem do patriarca. Em uma estrutura marcada “pela opressão, não é a resistência de Mariana que prevalece, e sim a imposição do Senhor” (RAMOS, 2013, p. 63-64)

O Comendador é quem “define as regras em *A menina morta*”, ele é “o rei e é a lei no Grotão” (SANTOS, 2004, p. 159): como autoridade máxima, o fazendeiro possui, usando as palavras de Chauí (2000, p. 12), o poder sobre a vida e a morte de todos que formam o seu domínio (esposa, escravos, parentes, dentre outros). A fazenda, por sua vez, pode ser comparada a “uma prisão da qual é preciso fugir” (SANTOS, 2004, p.

⁷ Em um artigo no site *CNBB Centro-Oeste (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Centro-Oeste)*, Dom Valdir Mamede, então bispo auxiliar de Brasília, afirma que até parte do século XX, a legislação canônica promulgada “pelo papa Bento XV excluía os suicidas dentre aqueles aos quais se deveria negar a sepultura eclesialística [...] e, por consequência, ao que tivesse sido negada a sepultura eclesialística, se lhe negava igualmente a missa exequial (missa de corpo presente) e também aquelas por ocasião do aniversário de morte e outros ofícios fúnebres públicos”. (MAMEDE, 2016)

165). Desse modo, se D. Mariana – ou qualquer um dos outros “prisoneiros” – foi achada em falta (infringiu as regras vigentes) de acordo com o julgamento do esposo, ela deveria ser punida. Santos (2004, p. 165) afirma que a loucura da Sinhá – depois que o esposo morre, a mulher volta para casa enlouquecida – poderia ser entendida, dentre outras coisas, como uma condenação, afinal “a sexualidade é o pecado por excelência” (DELUMEAU, 1996, p. 316 apud SANTOS, 2004, p. 165). Nestes termos, a mulher é vista como aquela que cedeu à tentação da serpente, sendo a culpada pela entrada do mal (moléstias, sofrimento, a própria morte etc) no mundo. Assim, a Senhora “deixaria de ser uma criminosa metafórica e passaria a ser considerada uma pecadora” (SANTOS, 2004, p. 165), recebendo, para usar as considerações de Sontag, a doença – em uma perspectiva religiosa – como “um castigo especialmente adequado e justo” (SONTAG, 2007, p. 42) por suas transgressões. Vale ressaltar que Cornélio Penna era católico e a influência de suas crenças – embora não sejam o foco – pode ser notada em todas as suas obras. Em *A menina morta*, por exemplo, há uma capela na própria fazenda, os personagens participam constantemente de missas, confessam suas faltas, dentre outras práticas próprias do catolicismo.

Diante do que foi exposto no parágrafo anterior, pensar na saída repentina da Senhora do Grotão como uma espécie de “fuga ao sistema patriarcal” – perspectiva levantada por Gaffo (2014, p. 63) – não parece ser a forma adequada de encarar os acontecimentos. A loucura, conforme Sontag (2007, p. 35-36), passou a ser utilizada, recentemente, como uma metáfora para a autotranscendência: a doença é vista como algo que eleva o pensamento humano, esclarecendo a mente e as atitudes. No entanto, em D. Mariana, a enfermidade parece somente limitá-la – psicológica e fisicamente – e não proporcionar algum tipo de “elevação do espírito”. Antes de sua saída do Grotão, todo o comportamento da personagem parecia mais um tipo de confronto, uma resistência emudecida (SANTOS, 2008, p. 63) ao patriarcalismo. Conforme Santos (2019, p. 957), assim como sua filha que morreu ainda na infância, a Sinhá está morta para o patriarcado – a primeira por ter falecido de fato e não realizar os planos que seu pai lhe havia preparado; a segunda, porque afrontou o esposo, sendo por ele expulsa de casa.

Carlota

A sensação de que algum mal se apoderava do Grotão fazia o Comendador ser visto pelos habitantes do lugar como “o único capaz de salvá-los, de tornar a fazer

reviver e galvanizar aquele grande corpo [a fazenda] que lhes parecia agonizante, agitado pelo trabalho subterrâneo da morte” (PENNA, 1954, p. 81). Ao mesmo tempo em que o homem era o representante maior do dominador, daquele que governa tudo – por meio da violência –, inclusive a vida de outros seres humanos, também garantiria a sobrevivência daqueles que estivessem sob sua proteção (domínio). Quando o Senhor é acometido pela febre amarela, as esperanças sobre sua cura são relacionadas por D. Virgínia à descendência colonizadora da família Albernaz, reforçando a ideia de poder simbolizada pelo fazendeiro: “O nosso sangue é muito forte, todo ele de povoadores e de homens fundadores de cidades e de fazendas onde os índios flechavam os negros, e não será a febre amarela que o vença” (PENNA, 1954, p. 358).

O falecimento do Senhor significou mais uma prova do enfraquecimento do sistema que vigorava no Grotão, e mais profundamente, de sua ruína. Isso ocorre plenamente por meio das mãos de Carlota. A jovem, assim como sua irmã, deveria ser “herdeira incontestada do Comendador, como mantenedora do mesmo sistema que viria a aprisioná-la. Carlota só consegue reverter esse quadro – ainda assim à custa de muito sofrimento – porque seu pai morre” (SANTOS, 2004, p. 27). Mesmo antes da morte do patriarca, a moça já demonstrava sua aversão à ordem que deveria ser submissa. Costa Lima (2005, p. 148), em seu livro *O romance em Cornélio Penna*, exemplifica esse fato utilizando o trecho no qual a moça, já se sentindo enferma, acaba desmaiando (PENNA, 1954, p. 231-234) ao ouvir do Comendador sobre seu casamento arranjado:

A doença funciona para Carlota como tentativa de equilíbrio – isolada, enferma, ao preço de diminuir seu *quantum* de vida, Carlota permanece entre os vivos. Mas o chamado forte do pai à porta indica o fracasso da solução. O comendador pretende comunicar-lhe que ela em breve se casará. Carlota tenta estabelecer uma verdadeira reciprocidade, por não só ouvir, mas também contestar. Contudo, a interdição é mais potente, porque imposta não só externamente – contra a possibilidade de fala –, como internamente – com a aceitação pelo interdito do que se lhe interdita. *O desmaio de Carlota apresenta a “solução” ao dilema. Por outro lado, ele mostra que, contra o patriarca, há uma maneira de escapar e, ao menos provisoriamente, de superar o tempo. O desmaio, espécie de doença breve, é a primeira realização da fuga por Carlota* (LIMA, 2005, p. 148, grifo nosso).

O desmaio, uma “doença breve” (LIMA, 2005, 148), ao ser considerado uma resposta ao problema da moça, pode ser visto, conforme Hegenberg (1998, p. 32), como uma enfermidade desejável. A chamada febre do feno, por exemplo, era “capaz de salvar uma pessoa de contrair a varíola” (HEGENBERG, 1998, p. 32); a miopia seria

conveniente para alguém que procura escapar do serviço militar. Ademais, muitos desses males só eram tidos como proveitosos por conta de “imposições sociais” (HEGENBERG, 1998, p. 32). Em outro momento, a herdeira do Grotão, se sentindo uma estranha dentro de sua própria casa, correu para seu quarto, “despiu-se febrilmente e deitou-se, *à espera do início da longa e grave doença*” (PENNA, 1954, p. 230, grifo nosso), demonstrando um “mortal alívio” (PENNA, 1954, p. 231) com a possibilidade de livrar-se através do mal-estar – ao menos por um instante – do peso que as circunstâncias colocavam em seu coração.

Assim como D. Mariana, sua filha mais velha não consegue se ajustar ao modo como as coisas acontecem na fazenda, e mais do que uma fuga ao sistema, a jovem também o enfrenta. A representação máxima desse enfrentamento é a atitude de Carlota de libertar os escravos, embora isso não significasse que tudo estivesse resolvido para os negros libertos ou mesmo para a então dona do Grotão. Ao receberem suas cartas de alforria, os cativos “voltaram para as senzalas atônitos, sem saberem explicar a si próprios o terem passado de sua miserável condição de escravos para a de homens livres, assim, de repente sem cerimonial algum” (PENNA, 1954, p. 445). De acordo com Santos (2004, p. 58), é nítido nessa passagem “o paralelo com a situação histórica de 13 de maio de 1888. A Abolição apenas assegurou a seus supostos beneficiados a garantia de pertencerem às margens da nação”, afinal os negros continuaram excluídos da sociedade, vivendo como agregados na casa dos senhores, trabalhando sem receber salário e até sendo castigados em troca de um lugar para dormir e onde pudessem se alimentar. Carlota também desiste do casamento com João Batista, quebrando o acordo de seu pai com a mãe do rapaz e contrariando D. Virgínia – a responsável por fazer as regras do sistema vigente serem cumpridas na ausência do patriarca.

Como consequência de tantos infortúnios, das angústias do presente e das incertezas do futuro, Costa Lima (2005, p. 138, grifo nosso) afirma que “os personagens comungam, como já nos romances anteriores do autor, na vontade de fuga, *na adoção da morte ou da loucura, únicas vias de saída*”. Santos (2004, p. 49) pontua justamente que as atitudes de Carlota fazem pensar em insanidade, pois contradizem a ordem estabelecida. Semelhantemente, D. Mariana retorna para casa, como já dito anteriormente, doente. Celestina casa-se e vai embora do Grotão, o filho mais velho do Comendador não quer manter relação com a família que lhe resta, D. Inacinha, Sinhá Rola e D. Virgínia também saem daquele lugar arruinado. Carlota, depois de vencer o

patriarcado, assume ser ela a “verdadeira menina morta” (PENNA, 1954, p. 458), e dali em diante “a liberdade, com a sua angústia” (PENNA, 1954, p. 458) seria a sua força.

5. Conclusões

Em *A menina morta* – assim como nos outros romances cornelianos – encontramos um instrumento eficaz para problematizarmos a formação da nação brasileira. A obra expõe o orgulho (fingido e/ou forçado) dos habitantes do Grotão com as supostas prosperidade e harmonia da fazenda – possibilitadas pelo aparente cuidado paternal do Comendador –, e revela as fissuras, desordem e opressão que marcam profundamente suas vidas – provocadas pelo sistema de dominação representado exatamente pelo Comendador. A época de ouro simbolizada pela criança falecida “só ocorreu na memória daqueles que a endeusavam e serviu para encobrir a crueldade reinante” (SANTOS, 2004, p. 58) na propriedade dos Albernaz.

As doenças e estados doentios surgem no romance como mais uma prova de que a ordem vigente no Grotão estava ameaçada, na “iminência de ruir” (PENNA, 1954, p. 225). Havia um mal estranho – invencível e irremediável – corroendo as entranhas (PENNA, 1954, p. 225) do lugar. Utilizando as palavras de Sontag (2007, p. 67), se é possível comparar a pólis – ou mesmo uma fazenda – a um organismo, então também é possível comparar a desordem política, econômica e social a uma moléstia, algo que advém de um desequilíbrio. Muitas vezes as personagens não contraíam uma enfermidade propriamente dita – como o caso de febre amarela do Comendador ou a loucura de D. Mariana –, mas viviam imersos em um constante mal-estar, na dificuldade, conforme Costa Lima (2005, p. 75), de suportar o presente.

O Brasil conhecido como o “paraíso terrestre” onde o mal não existiria, um “mundo novo” cheio de promessas, envolto pela confraternização entre as três raças – índios, brancos e negros – que possibilitaram o nascimento da nação, mostrou-se, na verdade, manchado por violência. Embora os mitos de uma formação nacional coesa busquem turvar os acontecimentos sangrentos de nossa história, os “processos de exploração da terra e do homem deixam marcas profundas” (BUENO, 2006, p. 548), não podendo ser simplesmente apagadas. Nem mesmo a beleza da fazenda Oliveira criada pela confusão de Dadade conseguiu esconder os horrores da escravidão. A rebelião de Carlota contra o patriarcalismo não solucionou todos os problemas nem proporcionou boas condições de vida para todos (principalmente

para os negros libertos). Na obra de Penna, a redenção não é possível e a nacionalidade que continuaria a ser construída estaria para sempre ligada a um passado problemático, desarmônico e cheio de desigualdades.

6. Perspectivas de futuros trabalhos

Os livros de Cornélio Penna reafirmam, dentre outras coisas, como a literatura é capaz de nos fazer pensar e discutir sobre valores, costumes, questões políticas, sociais e morais. Deste modo, é possível acentuar as pesquisas entre literatura e aspectos nacionais – além da própria formação –, considerando, por exemplo, como os fatores religiosos que também estão presentes em Penna (escritor católico) influenciaram toda a sociedade.

A pesquisa não estaria restrita somente aos romances cornelianos, mas poderia se estender para as obras de outros autores modernos – especialmente as de abordagem mais psicológica – que possuam algum tipo de intertextualidade com a produção literária de Cornélio Penna.

7. Referências bibliográficas

AZEVEDO, Guilherme Zubaran de. Natureza e melancolia: uma leitura de *A menina morta e Repouso* de Cornélio Penna. *Cadernos Benjaminianos*, n. 6, p. 41-51, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/cadernosbenjaminianos/article/view/5354>. Acesso em: 22 nov. 2018.

BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BONAVIDES, Paulo. *Ciência política*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2000.

BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp; Campinas: Editora Unicamp, 2006.

CÂNDIDO, Antônio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: CÂNDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade*. 13. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014, p. 117-145.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GAFFO, Bethânia Cristina. A história do Brasil nas páginas da literatura: *escravismo e dominação no romance “A menina morta” (1954) de Cornélio Penna*. 2014. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2052270. Acesso em: 26 nov. 2019.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães. *Tratado da terra do Brasil: história da província de Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil*. Brasília: Conselho Editorial; Senado Federal, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/188899>. Acesso em: 23 maio 2020.

HEGENBERG, Leonidas. *Doença: um estudo filosófico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.

HOBSBAWM, Eric John. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LAPLANTINE, François. *Antropologia da doença*. Trad. Valter Lellis Siqueira. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

LIMA, Luiz Costa. *O romance em Cornélio Penna*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005

MAMEDE, Dom Valdir. Breves considerações acerca das exéquias e sepultura eclesiástica para os suicidas. *CNBB Centro-Oeste*, 2016. Disponível em: <https://www.cnbbco.com/conteudo/artigos/item/521-brevessconsideracoes-acerca-das-exequias-e-sepultura-eclesiastica-para-os-suicidas#.XtmXpfRv-Da>. Acesso em: 04 jun. 2020.

PENNA, Cornélio. *A menina morta*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954.

RAMOS, Jozelma de Oliveira. *A construção estética do mistério em A menina morta*. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Programa de pós-graduação em Estudos Literários da Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=111147. Acesso em: 07 jan. 2020.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? Trad. Glaydson José da Silva. In: CONFERÊNCIA NA SORBONNE, 1882, Paris. *Revista Aulas*. São Paulo: UNICAMP, 2015, p. 1-21. Disponível em: <https://www.unicamp.br/~aulas/VOLUME01/ernest.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2020.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Josalba Fabiana dos. Retrato falado: as meninas mortas. *Remate de males*, n. 2, p. 952-966, 2019. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8653976/21827>. Acesso em: 23 dez. 2019.

SANTOS, Josalba Fabiana. Narrativas Monstruosas. *O eixo e a roda*, v. 17, p. 59-74, 2008. Disponível em: http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/o_eixo_ea-roda/article/view/3297/3226. Acesso em: 09 jan. 2020.

SANTOS, Josalba Fabiana dos. Maternidade monstruosa em Cornélio Penna. *Aletria* (UFMG), v. 16, p. 147-157, 2007. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1412/1510>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SANTOS, Josalba Fabiana. A nação irrealizável de Cornélio Penna. *Em Tese*, v. 9, p. 135-142, 2005. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3543/3503>. Acesso em: 26 jun. 2020.

SANTOS, Josalba Fabiana dos. Metáforas da nação: Cornélio Penna e Gilberto Freyre. *Revista Letras* (Curitiba), Curitiba, v. 66, p. 77-89, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/5099/3848>. Acesso em: 22 nov. 2018.

SANTOS, Josalba Fabiana dos. *Fronteiras da nação em Cornélio Penna*. 2004. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SONTAG, Susan. *Doença como metáfora; AIDS e suas metáforas*. Trad. Rubens Figueiredo, Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

8. Outras atividades

As primeiras atividades realizadas entre os dias 28/08/2019 a 23/09/19, conforme o cronograma do projeto, foram a leitura e o fichamento do livro *A menina morta*, de Cornélio Penna. Após esse período, em 26/09/2019, ocorreu uma reunião com a orientadora onde pudemos discutir as impressões suscitadas durante a leitura do romance, bem como as associações da narrativa com o processo de formação nacional e sua relação com as doenças que apareciam no decorrer da história. Nessa mesma ocasião, a professora explicou como poderia ser feita a seleção e fichamento – entre os dias 26/09/2019 a 16/12/19 – dos textos críticos que tratassem do romance nas perspectivas de cada plano de trabalho. Durante dezembro de 2019 e janeiro de 2020 iniciou-se a produção do relatório parcial.

Em 28/01/2020, mais uma reunião (presencial) com a orientadora foi realizada. Na ocasião, conversamos sobre o levantamento das referências teóricas sobre doença, colonização do Brasil, escravidão, formação nacional, dentre outros. Salientamos que,

entre outubro/2019 e janeiro/2020, a orientadora esteve em licença para capacitação e, em seguida, entrou em férias. Além disso, durante o mês de março/2020, foi iniciado o isolamento social devido à pandemia de Covid-19. Deste modo, toda orientação passou a ser realizada à distância, através de redes sociais e outras ferramentas de comunicação.

A primeira parte da fortuna teórica foi selecionada, lida e fichada nos meses de fevereiro/2020 e abril/2020. Vale ressaltar que essa atividade se estendeu durante toda a pesquisa, sempre considerando às correções e sugestões da professora. Um artigo também foi produzido no período de 19/04/2020 a 13/06/2020. Ademais, o relatório final, entre junho/2020 e julho/2020, foi redigido.

Além das atividades programadas, houve a oportunidade de participar do “I Seminário de Apresentação de Pesquisas de Pós-Doutorado do CECH” no dia 25/07/2019. Também foi possível participar do “Curso Preparatório Pré-PIBIC” oferecido pela COPES, que ocorreu no dia 09/09/2019. O curso foi totalmente on-line e contemplou questões que tratavam do próprio funcionamento, finalidades, normas e outras peculiaridades constituintes do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

No dia 30/10/2019 foi apresentado, durante o “VIII Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades”, um recorte do artigo resultante das pesquisas realizadas no PIBIC 2018/2019. Também foi possível participar – no dia 04/11/2019 – do 29º EIC, sendo expostos na ocasião os resultados dos trabalhos feitos no PIBIC 2018/2019 em que foi desenvolvido o projeto “Doenças literárias – Doença em *Dois romances de Nico Horta*, de Cornélio Penna” (plano de trabalho).

Entre os dias 05/11/2019 a 06/11/2019, durante a “VI SEMAC” da Universidade Federal de Sergipe, foi possível assistir às palestras, rodas de conversas e apresentar algumas atividades desenvolvidas pelo núcleo de Língua Portuguesa do Programa de Residência Pedagógica/UFS na “Semana Científica da Residência Pedagógica”. Ainda na “VI SEMAC”, em 05/11/2019, houve a oportunidade de participar da atividade de extensão “Redação Científica”, organizado pela COPES/UFS como mais um curso preparatório para o PIBIC 2019/2020.

No período de 07/11/2019 a 08/11/2019 ocorreu o “I STD – Seminário de Teses e Dissertações”, e na ocasião às apresentações de inúmeros trabalhos desenvolvidos (ou em desenvolvimento) no mestrado ou doutorado por estudantes da UFS foram assistidas. Em 10/04/2020, mais um curso de preparação para o PIBIC 2019/2020,

organizado pela COPES/UFS, foi realizado de forma on-line pela plataforma do Cead/UFS.

9. Justificativa de alteração no plano de trabalho

Devido à pandemia de Covid-19 não foi possível ter acesso a muitos livros do acervo da Biblioteca Central da UFS que enriqueceriam ainda mais a pesquisa. Além disso, as reuniões presenciais com a orientadora não puderam acontecer. Toda a orientação foi realizada por meio de e-mail e de outros meios de comunicação (ou redes sociais).